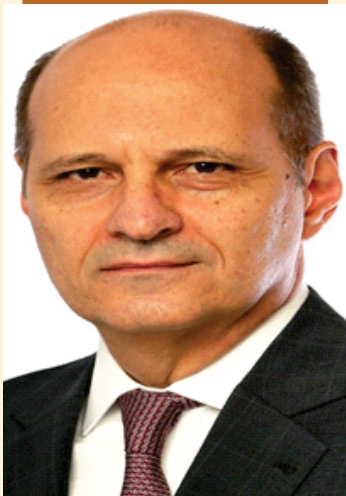




OEA



Abel Gomes

Mestre em Direito pela UERJ. Doutor em Direito pela UNESA. Desembargador Federal do TRF2 aposentado. Coordenado e Professor da EMERJ. Sócio no Licks Advogados



OEA



Adriano Marcus
Brito de Assis

É Membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Ex-Presidente da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia.
Assessor Especial da Presidência da Conamp.
Doutor em Direito pela Universidade de Salamanca-Espanha.



OEA



Adriana Augusta
de Moura Souza

Presidenta da ANPT desde 2024. Ingressou no Ministério Público do Trabalho em 1999 e atualmente é Procuradora Regional do Trabalho. Ocupou diversas funções de coordenação nacional e regional no MPT. Participou de vários grupos de trabalho e forças-tarefa em temas estratégicos. É autora de artigos jurídicos e foi professora de Direito Processual do Trabalho.



OEA



Alexandre Augusto
Quintas

Graduou-se em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 1996. Possui pós-graduação em Direito Público pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Ocupou o cargo de Procurador Federal, no período de 1998 a 2006. Atualmente, é Juiz Federal Substituto da Justiça Militar da União.



OEA



Ana Paula Mantovani

Procuradora Regional da República
Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores
da República



OEA



Ana Maria Pereira
de Oliveira

A Desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira ingressou na magistratura fluminense em 1990, como juíza de direito no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, onde vem construindo uma sólida e marcante trajetória com grande relevância tanto na atuação judicial, como nas institucionais, administrativas e acadêmicas. Desde 2005 é desembargadora, presidindo a 17ª Câmara de Direito Privado. No âmbito institucional, é coordenadora da CEJAI - Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional, responsável pela promoção do estudo prévio e análise dos pedidos Habilitação de estrangeiros ou brasileiros residentes ou domiciliados fora do país de para Adoção de nacionais, tema sensível e de grande impacto social. No âmbito acadêmico, exerce o cargo de vice-presidente do Conselho Consultivo da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro para o biênio 2025-2027, sendo membro efetiva deste colegiado há 5 gestões consecutivas. Também atua como Magistrada Supervisora da Biblioteca e Cultura da EMERJ, coordenando a Biblioteca Desembargador José Carlos Barbosa Moreira, a terceira maior biblioteca jurídica do Brasil.



Em redes acadêmicas internacionais, é vice-presidente do Fórum Permanente de Direito na Lusofonia, vinculado à EMERJ, e participa da expansão da atuação da Escola na rede originária das Instituições de Ensino para Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados dos países lusófonos. Possui mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade Autônoma de Lisboa e atualmente cursa doutorado na Universidade do Minho em análise de dados, inteligência artificial e orçamentação.



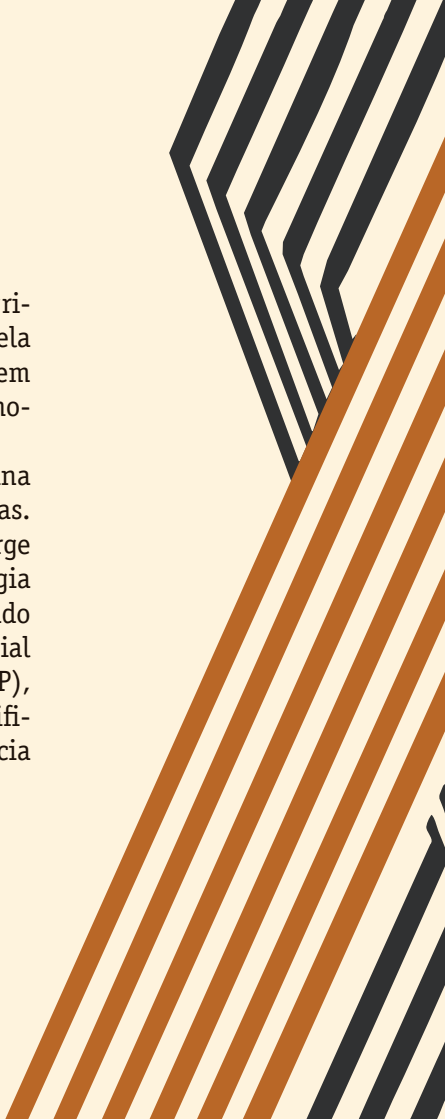
OEA



**Andrew Vanjani
Ribeiro**

É o Chief Information Officer (CIO) e Diretor de Serviços de Tecnologia da Informação da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde supervisiona todas as operações de TI e lidera iniciativas de transformação digital dentro da organização. Nascido em Washington, DC, e criado em São Paulo e Montevideu, Andrew possui ampla experiência internacional. Ele tem fortes habilidades em planejamento estratégico e a capacidade de alinhar iniciativas tecnológicas com os objetivos mais amplos da organização, gerenciando com eficácia grandes programas de modernização e transformação, com investimentos de múltiplos milhões de dólares, em ambientes geograficamente dispersos.

Andrew ocupou cargos executivos-chave em TI, prestando apoio tanto ao setor privado quanto a órgãos do setor público dos Estados Unidos (como a Casa Branca, a GSA e o Estado de Maryland, entre outros), onde gerenciou com sucesso orçamentos operacionais e de capital superiores a 100 milhões de dólares.



Sua liderança é marcada pelo compromisso com a integridade, pela promoção de uma cultura de inovação e pela busca contínua de melhorias operacionais que reduzem custos, mantendo elevados padrões de segurança e aprimorando a experiência da força de trabalho.

Andrew possui um MBA pela University of North Carolina at Chapel Hill, em parceria com a Fundação Getulio Vargas. Também é mestre em sistemas de informação pela George Washington University e bacharel em gestão de tecnologia da informação pela University of Maryland. É certificado como Profissional em Governança de Inteligência Artificial (AIGP), Profissional em Gerenciamento de Projetos (PMP), ITIL Expert e Scrum Master, além de diversas outras certificações do setor nas áreas de análise de dados, inteligência artificial e orçamentação.



OEA



Carlos Vinícius
Alves Ribeiro

Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público;
Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação da
Escola Superior do Ministério Público da União;
Promotor de Justiça; Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Direito
de Estado pela USP e em Democracia pela Universidade
de Coimbra; Professor no Mestrado no IDP.



OEA



Carlos Vera Barros

Carlos Alberto Vera Barros. Nascido em Rosário, Província de Santa Fé, Carlos Vera Barros é formado em Direito pela Universidade Católica Argentina e Mestre em Direito Penal pela Universidade Complutense de Madrid; Também obteve pós-graduação em Controle de Convencionalidade e Direito Comparado na Universidade de Bolonha; Desenvolve sua atividade docente como Professor de Graduação e Pós-Graduação de Direito Constitucional na Pontifícia Universidade Católica e na Escola Judiciária do Conselho da Magistratura do Poder Judiciário da Nação; É membro do Instituto de Federalismo da Academia Nacional de Direito de Córdoba. Palestrante e publicista de temas de sua especialidade no país e no exterior, ministrou cursos de aprimoramento para o Judiciário no Peru, atualmente atua como Titular da 3ª Vara Federal de Rosário, Argentina.



OEA



Débora Valle de Brito

Diretora de Relações Internacionais da AJUFE. Juíza Federal da 9ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. ex Juíza de Direito do TJDF. Pós-graduada em Jurisdição Criminal pela ENFAM. Coordenadora de Direito Penal e Direito Processual Penal do Exame de Ordem.



OEA



Delaíde Miranda
Arantes

Ministra do TST (Tribunal Superior do Trabalho), Mestra em Direito, Estado e Constituição (UnB), Conselheira no CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), Ouvidora-Geral da Justiça do Trabalho TST/CSJT, Conselheira Consultiva da ENAMAT (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho), integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania (UnB/FD/CNPq), da Associação Juízes para a Democracia (AJD), do Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (IPEATRA) e Secretária da JUTRA (Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho) 2023/2024.



OEA



Georges Seigneur

Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais. Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para os biênios 2022-2024 e 2024-2026. Presidente do Grupo Nacional de Acompanhamento Processual do CNPG (2023-2024). Presidente do Grupo Nacional de Tecnologia da Informação do CNPG (2023-2024). Vice-Presidente do Ministério Público da União no CNPG (2023-2024). Ingressou no MPDFT em 2002, tendo exercido os cargos de Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral, Assessor de Políticas Institucionais, Assessor Parlamentar, Coordenador das Promotorias de Justiça do Paranoá e titular de diversas promotorias criminais, sendo hoje titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social (PJFEIS).



OEA



Fabiano Dallazen

Formado em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade de Passo Fundo. Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela ULBRA em 2001 e em Direito Administrativo e Gestão Pública pela FMP em 2022. Mestre em Direitos Fundamentais pela Ulbra em 2007. Doutorando pela FGV. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul de 1998 a 2022. Foi Procurador-Geral de Justiça do MPRS por dois mandatos (2015-2017 e 2017-2019). Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União de 2020 a 2021. Atualmente é Diretor de Relações Institucionais da AEGEA Saneamento.



OEA



Fernando Pessoa
da Silveira Mello

Doutor e Mestre em Direito. Especialista em Direito Público. Juiz Federal da Justiça Militar e Presidente da Associação dos Juizes Federais da Justiça Militar - AJUFEM. Ex-Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Ex-Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Ex-Procurador de Estado, ex-Servidor do Supremo Tribunal Federal - STF e ex-Servidor do Ministério Público Federal - MPF. Professor de cursos de pós-graduação *latu sensu*.



OEA



Jean Michel Arrighi

Doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidade do Uruguai.

Professor de Direito Internacional Público na Universidade do Uruguai e na Universidade Católica do Uruguai.

Ministrou cursos em várias universidades na América e na Europa, incluindo a Hague Academy.

Entre muitas associações, é membro do "Institut de Droit International" e vice-presidente da Sociedade Latino-Americana de Direito Internacional.

Autor de livros e artigos sobre direito internacional público, sendo o último desses livros "A OEA e o direito internacional", publicado no México em 2015. Foi Diretor Nacional de Comércio do Uruguai. Desde 1993, é assessor jurídico da Secretaria- Geral da OEA, onde ocupou o cargo de Secretário de Assuntos Jurídicos desde 2008.



OEA



Jorge Messias

Ministro da Advocacia-Geral da União, desde janeiro de 2023. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Recife (UFPE), em 2003. Doutor e Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília (UNB). Procurador da Fazenda Nacional, desde 2007, e professor da Unisanta – Universidade Santa Cecília.

Foi Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação e Consultor Jurídico dos Ministérios da Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação. Atuou como Procurador do Banco Central do Brasil.

.



OEA



José Edivaldo
Rocha Rotondano

É Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, onde supervisiona o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas e coordena a Comissão Nacional do de Soluções Fundiárias. Também é Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia. Ex-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Ex-Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça da Bahia. Atuou como Procurador do Banco Central do Brasil.



OEA



Karina Perilli

Especialista em Administração da Justiça (Universidade Nacional de Buenos Aires) Karina Rosario Perilli. Desembargadora da 3ª Câmara de Direito Penal Econômico do Tribunal Oral da cidade de Buenos Aires, República Argentina. Vice-presidente da AJUFE Argentina para a cidade de Buenos Aires.

Formada pela Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Buenos Aires. Desenvolveu sua carreira profissional no Juizado Penal Econômico da cidade de Buenos Aires, como juíza substituta responsável pelo Juizado Penal Tributário Nacional nº 2. Recebeu, junto com sua equipe de trabalho, o Prêmio FORES de Excelência Judicial 2006. Ademais, o Tribunal que preside atualmente recebeu a certificação internacional de gestão da qualidade pelas normas ISO 9001 em novembro de 2019. Especialista em Direito Penal (Universidade de Palermo) Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais (Universidade do Museu Social Argentino).



OEA



Leandro de Matos
Coutinho

Mestre e doutorando em Direito Público pela UNESA. Advogado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde 2002, com longa carreira executiva. Ex-presidente da Diretoria Executiva do Instituto Compliance Rio (ICRio) e atual presidente do Conselho Deliberativo do Instituto. Vice-presidente do Conselho Consultivo da Alliance for Integrity Brasil (2022 – 2024). Professor e palestrante em eventos nacionais e internacionais e autor do livro *Compliance Anticorrupção, a Lei das Estatais e a Defesa do Estado Democrático de Direito*, publicado pela Lumen Juris em 2018, além de diversos artigos em revistas e obras coletivas.



OEA



Leila Correia
Mascarenhas Barreto

Secretária de Relações com a Sociedade do Supremo Tribunal Federal (STF). Mestre em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília - UNB. Especialista em Direito Público. Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Assessora-Chefe da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (2020-2022). Assessora de Ministro no Supremo Tribunal Federal (2022-2023). Assessora-Chefe Executiva da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (2023-2025). Integrante do Comitê Executivo do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário no CNJ (2023-2025).



OEA



**Leonardo Peter
da Silva**

Secretário Executivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM-Distrito Federal. Mestre em Direitos Sociais e Processos Reivindicatórios pelo IESB (Brasília- DF). Certificação em Políticas Públicas pela Harvard Kennedy School (Massachusetts, USA). MBA em Administração Estratégica de Sistemas de Informação pela FGV Management (Brasília) e Especialização em Administração Judiciária pela FGV-EAESP (São Paulo). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2007) e graduado em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília (2001).

Professor do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) e do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), com atuação nas áreas de Direito Digital, Pensamento Computacional e Inteligência Artificial.



OEA



Leonardo Puntel

O Ministro Almirante de Esquadra Leonardo Puntel nasceu em 27 de novembro de 1958, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Ingressou na Marinha do Brasil em 1973 no Colégio Naval, sendo declarado Guarda-Marinha em 1979 na Escola Naval. Foi promovido a Contra-Almirante em 31 de julho de 2009, a Vice-Almirante em 31 de março de 2013 e a Almirante de Esquadra em 25 de novembro de 2016. Em 2 de outubro de 2020, assumiu o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar e, desde 8 de abril de 2024, exerce, também, o cargo de Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União. Concluiu todos os cursos da carreira. Em 1994, foi selecionado para o Curso de Comando e Estado-Maior e, em 2004, participou do Curso de Política e Estratégia, ambos realizados na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro-RJ, com distinção, sendo o segundo curso que o qualificou para os títulos de Mestre e Doutor em Ciências Navais. Possui MBA em Gestão Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre suas numerosas funções e comissões na Marinha do Brasil, destacam-se: Comandante do Rebocador de Alto-Mar “Almirante Guilhem” e Comandante do Navio-Veleiro “Cisne Branco”; Comandante do Corpo de Aspirantes da Escola Naval, e em 3 de maio de 2012, assumiu a Diretoria de Ensino da Marinha;



fez parte do grupo de recebimento do Contratorpedeiro “Pará”, em San Diego, EUA, desde sua transferência, e de janeiro de 1999 a fevereiro de 2001, o Almirante de Esquadra Puntel atuou como Oficial de Ligação no Comando-em-Chefe da Esquadra do Atlântico da Marinha dos Estados Unidos da América (NorfolkEUA); em 2014, assumiu o Comando do 5º Distrito Naval e, em 2016, assumiu o Comando do 1º Distrito Naval; como Almirante de Esquadra, foi designado para ser Chefe de Logística e Mobilização e Chefe de Assuntos Estratégicos, do Ministério da Defesa; em 23 de abril de 2018, assumiu a Diretoria Geral de Navegação e, em 4 de abril de 2019, assumiu o cargo de Comandante de Operações Navais. No Comando do 1º Distrito Naval, na cidade do Rio de Janeiro, contribuiu para o planejamento e execução das Operações de Garantia da Lei e da Ordem durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Além disso, contribuiu para a consolidação do Serviço de Polícia Judiciária Militar, organização criada por determinação do Comando da Marinha, com o objetivo de instrumentalizar e tornar mais eficientes os procedimentos de investigação de crimes militares, proporcionando a melhoria da atividade pericial e investigativa na Força Naval. Ao exercer seus comandos, o Almirante de Esquadra Leonardo Puntel desempenhou as funções de Autoridade Policial Judiciária



OEA



Luciano de Faria Brasil

é membro do Ministério Público do Rio Grande do Sul, atuando como 3.º Promotor de Justiça na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, em Porto Alegre/RS.

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Direito Digital pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (FMP). Mestre e Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul/FMP (mandato 2024/2025).

Integrante do BRASILCON - Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor e do MPCON - Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor.



OEA



Marcelo Daniel Duffy

Presidente, AJUFE ARGENTINA. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Buenos Aires (1993). Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Austral (2000). Em sua atuação profissional, destaca-se sua atuação como Secretário Jurídico do Conselho da Magistratura do Poder Judiciário da Nação (1998-1999) e da Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina (2002-2011). Atualmente é Juiz da Sala IV da Exm^a Câmara Nacional de Recursos no Contencioso Administrativo Federal (2011 até hoje), que preside. Lecionou em cursos de graduação e pós-graduação em diversas universidades públicas e privadas (UBA, UCES, UCA, UB), bem como em diferentes instituições acadêmicas (IUPFA, Fundesi). É tutor de tese no Mestrado em Direito da UBA (2022). Tem participado de conferências sobre temas relacionados à sua especialidade dentro e fora do país e interveio como “juiz convidado” no Programa “Justiça 2020”, do Ministério da Justiça e Direitos Humanos da Nação. É membro do Instituto de Direito Administrativo da Academia Nacional de Direito e Ciências Sociais de Buenos Aires (2004). É autor de várias publicações jurídicas especializadas (individualmente e em coautoria) relacionadas com o direito público (constitucional e administrativo).



OEA



María G. Silva Rojas

É formada em Direito pela Universidade Panamericana, Campus de Guadalajara, onde se formou com honras em 2005. Ela concluiu diplomas e pós-graduações em diversas áreas, mestrado em Direito Eleitoral e realizou observações eleitorais junto à OEA.

Lecionou diversos cursos na Universidade Panamericana e publicou e apresentou trabalhos sobre diversos temas, incluindo paridade e igualdade, justiça aberta e direitos dos povos e comunidades indígenas e seus membros.

É membro da Ordem dos Advogados do México, da Associação Internacional de Mulheres Juízas, da Associação de Magistrados Eleitorais das Américas e da Women Leaders of the Americas. De 2016 a agosto de 2025, atuou como magistrada regional do Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário Federal no México, período em que presidiu a Câmara Regional do Quarto Circuito de março de 2022 a março deste ano.



OEA



Pablo Fernando
Morán

Juiz titular do Juizado Federal N.º 1 de Formosa, província estratégica no norte da Argentina, na fronteira com o Paraguai. Sua competência é múltipla: penal, penal econômico, cível, comercial, contencioso administrativo, trabalhista, tributária, previdenciária, execuções fiscais e eleitoral. Graduado em Direito pela Universidade de Buenos Aires em 1991, com mais de 33 anos de trajetória. Atuou como advogado liberal em escritório jurídico e em empresas internacionais na cidade de Buenos Aires e na província de Neuquén. Foi juiz de tribunal criminal e juiz de garantias no sistema acusatório na província de Buenos Aires. Atualmente exerce funções na Justiça Federal de Formosa, com participação ativa em processos judiciais e eleitorais. Especialista em Direito Penal, possui formação em diversas áreas do Direito. Atua em casos complexos relacionados ao narcotráfico, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro e outros crimes graves que afetam nossa região, na Argentina e em todo o hemisfério americano. Comprometido com a democracia, os direitos humanos, a proteção do meio ambiente e o fortalecimento institucional. Integra a AJUFE Argentina, promovendo a cooperação regional, a capacitação contínua e o fortalecimento da Justiça Federal. Defende a plena vigência dos direitos humanos, o fortalecimento das instituições e a estabilidade democrática.



OEA



Patrícia Carrijo

É titular 25ª Vara Cível da Comarca de Goiânia; é presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (ASMEGO) e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Integra a Comissão do Senado para a Reforma do Código Civil, na subcomissão de Responsabilidade Civil.

É Doutoranda em Direito Civil pela Universidade Nove de Julho. Mestre em Responsabilidade Civil pela Universidade de Girona (Espanha) e pela Universidade de Gênova (Itália). Graduada em Direito pela PUC-GO e pós-graduada em Direito Processual Civil e Direito Público pela mesma universidade.



OEA



Patricia Pereira
de Sant'anna

Juíza do Trabalho da 1ª Vara do Trabalho de Lages. Gestora Regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem. Graduada em Direito pelo CEUB (Brasília). Graduada em Relações Internacionais pela UnB (Brasília). Mestre em Ciências Jurídicas pela UNIVALI. Ex-Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 12ª Região/SC (biênio 2021/2023). Vice-Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 12ª Região/SC (biênio 2023/2025). Conselheira Fiscal da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 12ª Região/SC (biênio 2025/2027). Diretora de Formação e Cultura da ANAMATRA (biênio 2023/2025). Diretora de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da ANAMATRA (biênio 2025/2027).



OEA



Paulo Gonet Branco

Paulo Gonet Branco é formado em Direito pela Universidade de Brasília (1982), mestre em Direitos Humanos Internacionais pela Universidade de Essex, no Reino Unido (1990) e doutor em Direito pela UnB (2008). Ingressou no Ministério Público Federal em 1987, tendo sido aprovado em 1º lugar. Em 2012, foi promovido por merecimento ao cargo de subprocurador-geral da República, último nível da carreira. Atuou como diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) entre 2020 e 2021, como vice-procurador-geral Eleitoral, de julho de 2021 a setembro de 2023, e procurador-geral eleitoral interino entre setembro e dezembro de 2023. Paulo Gonet é professor universitário há mais de 35 anos, com diversas publicações e artigos jurídicos, em especial Direito Constitucional, versando temas relacionados a direitos fundamentais, controle de constitucionalidade e estrutura do Estado.



OEA



Péricles Aurélio
Lima de Queiroz

Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Marília/SP, em 1979. Possui Pós-Graduação Superior de Formação de Magistrado (1976-1977) e em Direito Internacional dos Conflitos Armados – DICA (2004-2005). Ocupou os cargos de Promotor de Justiça Militar, (1981-1993), Procurador de Justiça Militar (1993-1995), Subprocurador-Geral de Justiça Militar (1995-2016), Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar e Corregedor da Justiça Militar (2021-2023). Atualmente é Ministro do Superior Tribunal Militar e Vice-Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União.



OEA



Rita Dias Nolasco

Procuradora da Fazenda Nacional. Doutora em Direito pela PUC SP. Assessora Especial do Advogado-Geral da União (área tributária). Co-coordenadora do Comitê Tributário da SEJAN. Membro da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos do CNJ. Membro do Comitê Nacional de Precatórios do Fórum Nacional de Precatórios (Fonaprec) do CNJ.



OEA



Rita Tourinho

Promotora de justiça. Professora Adjunta da UFBA. Mestre em direito público pela UFPE. Doutora em Direito Público pela UFBA.



OEA

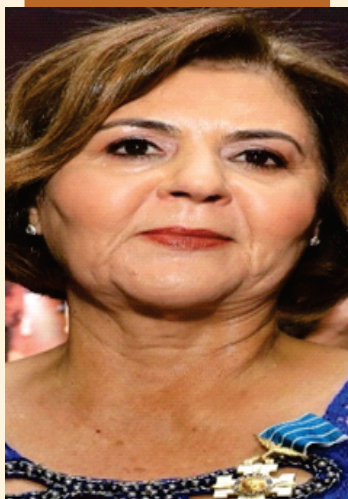


Roberto de Almeida
Borges Gomes

Bacharel em Direito pela UFBA. Promotor de Justiça (titular da 2ª PJDH - atribuição Defesa das Pessoas com Deficiência). Corregedor Administrativo do MPBA Especialista em Direitos Difusos e Coletivos - PUC/ SP. Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela UNIMES/ Santos. Professor da Graduação e pós graduação da Faculdade Baiana de Direito. Autor de artigos e obras jurídicas



OEA



Suely Pereira Ferreira

Suely Pereira Ferreira é Juíza Federal da Justiça Militar da União. Titular na Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária, com atuação proeminente na área criminal militar, com carreira dedicada ao direito penal militar e processual penal militar. É reconhecida por sua abordagem bastante técnica e imparcial na aplicação da lei e possui especialização em: Direito Internacional dos Conflitos Armados (CDICA), pela ESD, 2023 e International Judicial Training in Judicial Administration, realizado na Universidade da Geórgia UGA, Athens, Estados Unidos, dentre outros. Ocupou o cargo de Defensora Pública da União, no período de 1989 a 1997. Frequentemente participa de conferências para debater temas como crimes militares, crime organizado e garantias constitucionais no processo penal militar.



OEA



Tarcísio José Sousa
Bonfim

Tarcísio José Sousa Bonfim é brasileiro, maranhense, nascido aos 07 dias do mês de dezembro de 1973, na cidade de São Luís/Ma. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão; Pós-graduação em Ciências Criminais pela UFSC; Pós-graduação em Direito Constitucional pelo UNICEUMA; Ingressou no Ministério Público do Estado do Maranhão em 1999, onde passou pelas Promotorias de Justiça de Loreto, Icatu, Vitorino Freire, Cururupu, Balsas, João Lisboa e desde 2013, é titular da 8ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena de São Luís. 2º Vice-presidente da CONAMP no biênio 2018/2019; 1º Vice-presidente da CONAMP nos biênios; Presidente da CONAMP, biênio 2024/2026.



OEA

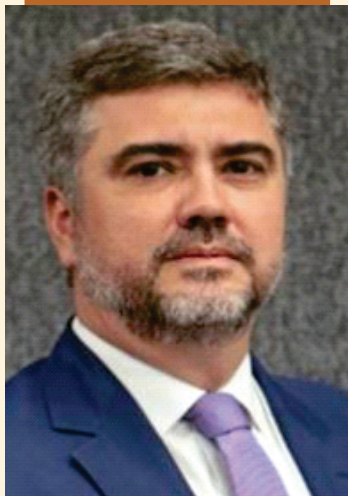


Walter Baere de
Araujo Filho

Procurador Federal, atualmente Diretor Jurídico do BNDES, ex-Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ex-Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra - Portugal. Foi Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Assessor Especial do Ministro de Estado de Minas e Energia, foi responsável pela Coordenação-Geral de Geologia, Mineração e Transformação Mineral da Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia, foi um dos Coordenadores na elaboração dos Projetos de Lei para a exploração e produção de petróleo e gás natural na província do Pré-Sal e responsável pela redação do Anteprojeto de Lei para o Setor de Mineração. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ – e Pós-Graduado em Advocacia Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ –, em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes e em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET.



OEA



Valter Shuenquener
de Araújo

Tem Doutorado em Direito Público pela UERJ, com pesquisa de doutoramento na Ruprecht-Karls Universität de Heidelberg (Alemanha). Atualmente é Professor Associado de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UERJ, Juiz Federal e está atuando em regime de cooperação na Secretaria de Assuntos Jurídicos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Foi Coordenador do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário por indicação do Presidente do STF (2020-2022) e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) no CNMP. Ocupou os cargos de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (2020-2022), de Conselheiro Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público por indicação do Supremo Tribunal Federal (biênios de 2015-2017 e 2018-2020), de Juiz Auxiliar e Juiz Instrutor no Supremo Tribunal Federal (2011-2014), de Juiz Auxiliar no Tribunal Superior Eleitoral (2015), de Procurador do Estado do Rio de Janeiro (2000-2001) e de Procurador Federal (2000).